



## III ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN ESTUDIOS DE GÉNERO

[HOME](#)
[INSCRIPCIÓN](#)
[RESUMENES](#)
[PROGRAMA](#)
[HOTEL](#)
[CICLO DE CINE](#)
[PONENCIAS EN EXTENSO](#)
[HOJA DE REGISTRO](#)

### Mulheres no Executivo local: o caso do Ceará/Brasil

### Mujeres en el gobierno local: el caso de Ceará/Brasil

**Danyelle Nilin Gonçalves**

**Fabiana Ximenes Barros**

O texto reflete sobre a participação das mulheres eleitas para o executivo municipal no Estado do Ceará, incluindo prefeitas e vice-prefeitas. Analisa o perfil e as trajetórias de representantes do Executivo Municipal. O levantamento sobre a participação das mulheres eleitas para o executivo municipal cearense tem como foco o mandato de 2009 a 2012.

É importante ressaltar a especificidade do campo político cearense que incorpora tanto prefeitas portadoras de um discurso de renovação, quanto representantes do executivo que atuam como reprodutoras de bases tradicionais do poder. As redes interativas provenientes dessa participação impõem desafios para compreender tanto a condição de gênero no executivo como as dinâmicas do poder local. Como método de pesquisa, foram elaborados questionários, realizado entrevistas com as prefeitas, além de atualizar e coletar informações nos sites oficiais das prefeituras e órgãos como Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E); Tribunal Superior Eleitoral (T.S.E); Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE), Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Ceará (AVIPRECE); Associação das Primeiras Damas do Estado do Ceará (APDMCE); e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

#### As mulheres e o acesso aos cargos eletivos

Nas últimas décadas vem adquirindo expressividade, tanto nos meios de comunicação como no ambiente intelectual, a discussão sobre a participação feminina nos espaços formais de poder. Análises de diferentes matizes e interpretações buscam explicar as razões da “baixa participação” de mulheres na esfera política exemplificada principalmente em termos numéricos.

[Traduzir](#)

A busca de razões históricas e de pressupostos culturais para explicar o fato está também presentes nos argumentos. A cientista política Lucia Avelar, em um estudo intitulado *Mulheres na Elite Política Brasileira* (2001) introduz variáveis analíticas para explicar razões da limitada participação de mulheres na política, a saber: as mulheres teriam uma socialização diferente que as estimularia muito mais aos espaços privados; os ciclos de vida da mulher (casar, ter filhos) que demandam energia e tempo longo dificultariam a entrada ou permanência na vida político-partidária; as estruturas familiares tradicionais também dificultariam essa entrada; o acesso diferenciado aos recursos econômicos e sociais seria importante entrave, assim como os regimes políticos e estruturas baseadas na tradição e no fundamentalismo religioso.

Existem muitos elementos que constroem a presença das mulheres na elite política. Como demonstra Araújo (2006), na análise dos processos eleitorais interagem e influenciam vários aspectos vinculados ao sistema eleitoral, à própria conjuntura política, aos contextos culturais e socioeconômicos, entre outros.

É sabido que, dentre tantos elementos para a análise, o sistema eleitoral pode ser visto como um dos fatores restritivos da participação de mulheres na política. Segundo Norris (2003) *Apud* Araújo (2006), as mulheres teriam duas vezes mais chances de serem eleitas nos sistemas proporcionais do que nos majoritários.

Araújo (2006) avalia que no caso de sistemas majoritários, de forma mais intensa, os partidos tendem a selecionar candidatos que maximizem as chances de vitória e minimizem os riscos eleitorais. Assim, as escolhas preferenciais dos partidos se dariam no âmbito de uma lógica pragmática, com base na análise e classificação dos candidatos considerados “bons de voto” e “ruins de voto”.

Ao investigar a participação das mulheres nas campanhas municipais, Alves (s/d) reflete sobre os motivos pela pequena representatividade das mulheres nas urnas. Segundo o autor, comumente se afirma que esse fato seria explicado por um eventual machismo do eleitorado e existência de uma rejeição popular às administradoras do sexo feminino. Contudo, ao analisar as informações referentes às eleições de 2004, Alves afirma que os dados não referendam essa tese. Para ele, o eleitorado brasileiro não discrimina as mulheres, pois onde existe disputa feminina existe alto grau de sucesso nas prefeituras. O problema da baixa presença das mulheres nos executivos municipais, conclui Alves, se daria não na disputa do voto nas ruas, mas nas “salas fechadas das convenções partidárias que optam pela tradição da indicação preferencialmente de homens para as prefeituras”.

Assim o autor assegura que a questão do crescimento da participação feminina nos vários espaços do legislativo, especialmente no âmbito local, contribuiria para a maior inserção da mulher no mundo da política e para o crescimento das candidaturas ao executivo municipal.

Parte significativa das análises feitas sobre as razões do déficit de mulheres em cargos políticos remetem às dificuldades impostas pelo sistema eleitoral e aos fatores socioeconômicos e culturais como restrições que impedem uma representação feminina igualitária. Via de regra, a referência ao Legislativo está presente em parte relevante das pesquisas, ficando o executivo em um segundo plano. Candidatas eleitas tornam-se assim exemplo da participação almejada abrindo, no entanto, outras possibilidades analíticas.

É nesse espaço que consideramos lacunar que se inseriu a presente pesquisa, voltada para entender não uma avaliação da gestão das representantes executivas, mas refletir sobre o perfil dessas mulheres que conseguem atingir o mais alto cargo na cidade.

Com base em estudos anteriormente realizados por diferentes autores, podemos afirmar que, assim como as vereadoras e deputadas, há diferentes entradas no mundo da política partidária, sendo as mais comuns a participação nos movimentos sociais, de bairro, sindicais; a herança familiar, o apoio aos grupos locais e a ocupação profissional. No entanto, é preciso verificar como isso ocorre em se tratando de representantes mulheres no poder executivo.

Elaborar os perfis das representantes junto ao poder executivo baseado nas distintas trajetórias vem sendo uma prática constante nos estudos sobre mulheres e política. Com base em uma importante pesquisa realizada na década de 70, a socióloga Eva Blay (1978) elaborou uma espécie de tipologia das prefeitas: a *Prefeita Coronel*; *Prefeita Esposa* e *Prefeita por conta própria*.

Barreira (2008) atentou para o fato de que enquanto os dois primeiros tipos correspondem a uma opção política movida por herança familiar ou fidelidade a facções de grupos políticos locais, o terceiro aponta uma socialização política também familiar à qual se acrescenta um desempenho profissional capaz de construir um capital simbólico baseado na "popularidade". A realização de um desempenho profissional permite o reconhecimento de méritos pessoais que designam a característica de "conta própria". Esse é um modelo que se não passa a vigorar como regra figura como ideal de autonomia partilhado pelas candidatas analisadas em suas diferentes pesquisas desde a década de 80.

A tipologia apresentada por Blay, embora ainda interessante para pensar nos perfis das prefeitas, com base em suas trajetórias, precisa ser atualizada, visto que o trabalho de campo que a originou já possui quatro décadas. Nesse intervalo, a sociedade passou por mudanças importantes e complexas, ainda que certos traços permaneçam. Nesse sentido, construir esses perfis no cenário atual, além de averiguar quais valores e propostas são executadas pelas mulheres quando chefiam o poder municipal, revela-se fundamental para compreendermos a dinâmica do poder local articulado a recortes de gênero.

Sabe-se que poder municipal é de fato o âmbito territorial de maior participação das mulheres. No pleito de 2008, foram eleitas 6.512 mulheres (12,5% do total de eleitos/as) para as Câmaras Municipais e 505 mulheres (9,08% do total de eleitos/as) para as prefeituras. No Ceará, de 2009 a 2012, 20 mulheres foram prefeitas e 28 mulheres estiveram na condição de vice-prefeitas, distribuídas nas diferentes regiões do estado. Em quatro desses municípios havia mulheres simultaneamente nos dois cargos. Dessa maneira, estamos falando de um total de 44 municípios de um total de 184 que contavam com a presença de mulheres na sua instância executiva, incluindo a capital do Estado que tinha uma prefeita em sua segunda gestão. No último pleito (2012), 36 mulheres foram eleitas para o cargo de prefeita e 36 para vice-prefeita. Esses dados suscitam curiosidade sobre o registro desses perfis e as possibilidades de construção de uma nova tipologia.

Tal investigação faz parte da ampliação de uma pesquisa já realizada sobre as mulheres no executivo municipal, tomando com base os mandatos atuais e prosseguimento de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Pesquisa de Cultura e Política (LEPEC) relacionadas a campanhas eleitorais, práticas de poder e relações de gênero que vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas e que deram origem a trabalhos de monografia, teses e dissertações de mestrado.

A pesquisa sobre a atuação de prefeitas e vice-prefeitas no executivo municipal agrega outros referentes importantes para se pensar sobre as dinâmicas do poder local. Os aportes analíticos do tema incorporam tanto trabalhos clássicos que tomaram o poder local 1, como variável importante para explicar as formas tradicionais de mandonismo, como investigações mais recentes voltadas para o registro das transformações na gestão de municípios. Diferente das características consideradas típicas do mandonismo em pequenos municípios, as práticas de poder da última década, baseadas no estatuto da participação, vem emergindo no lastro de uma expectativa de renovação. Os acenos às mudanças, que se explicitam na proposta de orçamento participativo e nas conexões estabelecidas entre prefeitura e conselhos de gestão municipal vem acrescentando informações relevantes no âmbito do poder local.

O orçamento participativo e os conselhos populares terminaram, de fato, configurando-se como locais de materialização das *práticas de participação* constitutivas de formas de interlocução entre a população e os poderes locais. Nesse contexto recente de novos arranjos no poder local a presença de mulheres na chefia do executivo pode acentuar tanto marcas de renovação como reprodução de formas tradicionais de mando político. A título de uma reflexão ainda passível de aprofundamento é possível registrar tanto o discurso de candidatas portadoras de continuidade de gestões anteriores, como retóricas que incorporam o tema das mudanças reforçado nos ajustes da descentralização de poderes.

### **Mulheres prefeitas**

Na esfera do poder Executivo Municipal, o cargo tem alcance administrativo e funções que organizam e direcionam os rumos da cidade, gerenciando conjuntamente com os vice-prefeitos(as) e secretários(as) municipais. É nos cargos executivos locais que a lógica da participação e da representação das mulheres tende a ser tão mais expressiva quanto mais próxima da comunidade.

O cargo executivo confere para o pesquisador Luis Filipe Miguel<sup>3</sup>, ‘...*maior notoriedade, já que cada cargo é ‘único’. Chefiar um Poder Executivo, em especial, significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também com grande publicidade potencial.*’ (MIGUEL, 2003, p.118). De modo estrutural, é possível entender que o poder executivo é um campo de forças dotado de uma estrutura, nas eleições, é também um campo de luta para conservar ou mesmo transformar esse campo de forças. O cargo executivo, por ser único, é uma esfera que monta e obedece a suas próprias leis, tem um fechamento sobre si próprio, mas que tende a caracterizar toda a população do território, sintetizando marcas de autonomia e práticas políticas na cidade.

Na investigação da pesquisa, em específico, buscou-se compreender como se formam as estruturas de ascensão na carreira política, assim como perceber aspectos da realidade local das mulheres no campo de poder e decisão. Identificar os atributos econômicos, sociais, políticos e culturais das mulheres, faz conhecer o perfil, as inovações e o modo de fazer política das líderes de governo. As variáveis que compõem o perfil das prefeitas e vice-prefeitas, como por exemplo, idade, situação conjugal, escolaridade, profissão, partido pelo qual se candidata e reeleição são elementos que montam aspectos e ajudam a indicar as maneiras de engajamento e o tempo em que as mulheres cearenses adentram na política local.

Numa breve apresentação do mapeamento, as eleições de 2008 contabilizaram 59 mulheres disputando candidaturas majoritárias, mas apenas 20 municípios, de 184 no total, tinham a frente mulheres nos comandos das prefeituras do Estado.

O pequeno número de mulheres líderes na gestão municipal, que não passava de 9% em seu total, reflete baixa participação das mulheres cearenses nos cargos de liderança no poder local, esse índice pode ser atribuído a uma variedade de fatores, como por exemplo, a recente inserção das mulheres no campo político. O professor e cientista político Richard Matland que em seus estudos, examina os efeitos dos sistemas eleitorais na representação das mulheres nas legislaturas, diz que “... o fato de esses lugares tradicionalmente serem ocupados por homens tende a gerar padrões de eleição e perfis com potenciais eleitorais também associados ao padrão masculino.” (MATLAND. 2002, p. 113).

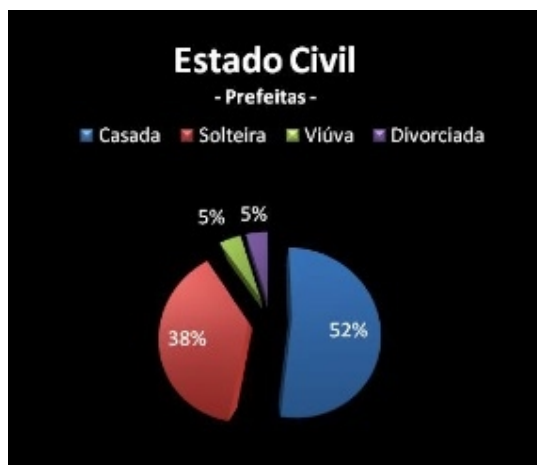
A “tradição” masculina na política consolida uma memória na história das questões públicas, promovendo um sentido que expressa maior experiência dos homens para o cargo político, implicando ainda na promoção do capital eleitoral. Nesse aspecto, percebe-se que as qualidades esperadas para um político parecem ser as mesmas observadas nas décadas passada, ou seja, a preferência é para aqueles que já são políticos e que têm trajetória administrativa.

### **Perfil das Prefeitas**

Mais da metade das líderes de governo possuía ensino superior completo, 57% no total. Outras 38% o ensino médio completo; e 5% concluíram o ensino fundamental I. O alto nível de escolaridade pode estar associado aos estilos de profissão que as líderes executavam antes de adentrar na vida política, como advogada, jornalista, enfermeira, administradora de empresas, estudantes de curso superior, e em maior peso, professoras.

Antes de assumirem os cargos majoritários, poucas eram as gestoras que não possuíam uma trajetória fora do campo político. Em geral elas atuavam anteriormente como Vereadoras, Chefes de Gabinete, Primeiras Damas, Secretárias das pastas municipais, em especial, a Assistência Social e Educação. Muitas prefeitas e vice-prefeitas eram esposas, namoradas e filhas de políticos tradicionais nas cidades onde eram gestoras.

Em relação ao *Estado Civil*, 52% correspondiam a prefeitas casadas; 38% solteiras; 5% divorciadas e 5% viúvas. As prefeitas casadas tinham uma média de idade de 48 anos. A pesquisadora Clara Araújo destaca que as mulheres com idade superior a 35 anos possuem maiores chances de vitória nos cargos políticos, devido a possibilidade de ‘...*construção de uma carreira política com trajetórias, acúmulos de capitais e recursos políticos.*’ (ARAÚJO, 2007. p. 547).



As prefeitas solteiras tinham uma média de 36 anos e no total representavam 38%. Isso sugere que as mulheres estão buscando disputar as eleições municipais com perfil diferente do padrão de prefeitas casadas. Tais mulheres cada vez mais jovens que tentam desenvolver carreira política no cargo mais cobiçado da cidade e tradicionalmente ocupado por políticos do sexo masculino. Pode-se pensar também que o eleitor cearense, nas últimas eleições municipais, não ofereceu maior resistência em eleger mulheres - não casadas e jovens. No entanto, também é importante salientar que muitas dessas mulheres solteiras se relacionavam afetivamente com ex-prefeitos, seus principais cabos eleitorais.

Um desses exemplos é a prefeita *Natália Félix da Frota (PMDB)*, da cidade de Tianguá. Quando foi eleita em 2008 tinha 23 anos, sendo a prefeita mais jovem do Ceará e do Brasil. A cidade de Tianguá com mais de 120 anos, localiza-se a 311 km de Fortaleza e é um dos importantes municípios da região da Ibiapaba. Na época, o jornal local Diário do Nordeste anunciou que

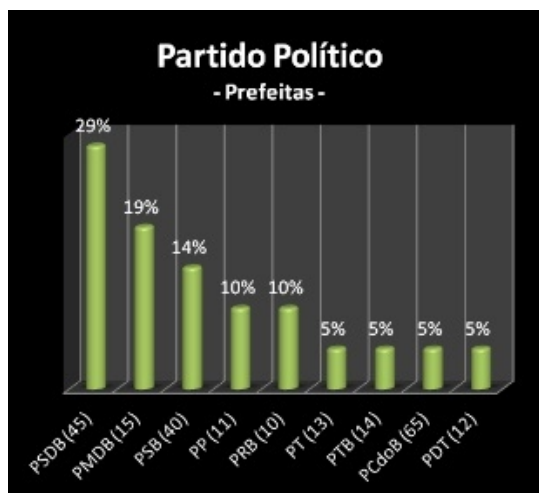
'A chefe do Poder Executivo *mais nova do país* ainda não completou o Ensino Superior. Ela tem apenas o Ensino Médio. É chefe de gabinete licenciada do atual prefeito Luiz Menezes, seu namorado. Agora, a jovem está diante de um grande desafio: administrar um município de peso na Serra da Ibiapaba — Tianguá tem área territorial de 909 km<sup>2</sup> de extensão, população de 64.796 habitantes e 48.505 eleitores.' (Diário do Nordeste, 2008).

Em relação a representação dos partidos pelo qual as prefeitas se elegeram, dentre as siglas partidárias, quem mais elegeu mulheres foi o PSDB, com 29% das prefeitas, seguido pelo PMDB com 19% dos cargos feminino, e em terceiro lugar, o PSB com 14% das prefeitas do estado. As demais estavam diluídas entre outras siglas partidárias, como por exemplo, o PRB e PP com 10% cada, o PC do B, PT, PDT, PTB e PR com apenas 5% representando cada partido.

O mapeamento regional identifica resultados de uma divisão de força política dentro dos municípios, além de apresentar os canais de acesso partidário das gestoras, que partem das diferentes entradas no mundo da política partidária, sendo os casos mais comuns à participação nos movimentos sociais, sindicais, de bairro e movimentos de igreja<sup>4</sup>

De modo geral, a dinâmica dos partidos no Ceará se modela diferentemente das dinâmicas partidárias encontradas em literaturas nacionais e estrangeiras. A pesquisadora Clara Araújo entende que há "... certa tendência à maior absorção de mulheres entre partidos médios e pequenos e/ou de esquerda" (ARAÚJO. 2007. p, 543). A afirmação da pesquisadora não se aplica no caso das prefeitas cearenses, os partidos de maior índice de sucesso foram PSDB e PMDB, ambos considerados partidos de centro.

Interessante perceber a partir do mapeamento a distribuição dos partidos, que não há necessariamente uma garantia dos partidos de esquerda e/ou pequenos na ascensão política feminina. Nesse sentido, ter previsto em seu estatuto a organização ou segmentos de mulheres, não constitui um indicador expressivo de compromisso com as questões de gênero. Transfere mais a impressão que há um 'reconhecimento' de um tema de exclusão social adquirido no campo político.



Embora a pesquisa se refira às mulheres eleitas na campanha municipal do ano 2008, houve necessidade de se voltar no tempo para conhecer a história da trajetória feminina na disputa dos cargos majoritários cearenses. Desde a década de 60 os índices vêm paulatinamente crescendo de acordo com as eleições. Na eleição de 1962 apenas uma mulher conseguiu candidatura. Em 1985 duas mulheres assumiram o executivo municipal, na cidade de Milhã, emancipada de Solonópole também em 1985, - *Josimar Rodrigues Silva (PMDB)* inaugura o cargo de 1º gestora. Conseguindo reeleição apenas na campanha de 1992, pelo mesmo partido.

A outra executiva de 1985 - foi à primeira prefeita eleita na capital cearense, *Maria Luiza Fontenele (PT)*, com histórico de governo conturbado por vários motivos, um desses foram as frágeis alianças e coligações políticas. As marcas geradas na sua gestão foram de incompetência administrativa e desordem nos serviços públicos municipais. Nos relatos de jornais e revista desse período, encontra-se referências a sua administração, informando que Maria Luiza enfrentou - greve geral dos servidores municipais, prefeitura endividada, alto índice de rejeição e entrou em conflito interno com o PT. Depois de desfilar-se, investiu forças contra o modelo partidário vigente, fundou em 2000 o grupo apartidário Crítica Radical, que prega a anulação do voto e assegura que o capitalismo é um modelo político em crise.

Passado o marasmo do número de prefeitadas das eleições de 80, a campanha de 1996 revela evidência nos avanços eleitorais, com o número de 17 prefeitadas, sendo que mais da metade das candidatas (9)<sup>5</sup> conquistaram reeleição na campanha de 2000. As condições históricas acabam que apontando a influência e mudanças na política local, assim como os valores sobre o papel de homens e mulheres na construção histórica dos diversos municípios. Com isso, faz-se importante acompanhar para entender o percurso feminino em seus diversos trajetos nos cargos de poder e decisão, uma vez que na nossa sociedade, a política foi construída como 'naturalmente' masculina.

Sabe-se, por exemplo, que nas eleições da década de 90, em algumas cidades, as mulheres eleitas abalaram oligarquias sustentadas por grupos políticos tradicionais. Por mais que não se tenha maiores registros dos discursos e rituais de campanha dessa época, é válido apresentar o fragmento do discurso de posse da prefeita mais jovem do estado nas eleições de 96 - *Renata Maria Costa Martins (PSDB)*, na posse conduziu através do discurso como entendia a administração da cidade - '*O povo resolveu escolher as mulheres, reconhecendo que elas sabem administrar a cidade como se administra uma casa.*' (Revista Mandacarú, 1997, p. 19).

A jovem prefeita associa as duas esferas sociais: a pública e a privada, que convencionalmente, são separadas e sobrepostas; em sua fala, as vinculações da esfera doméstica e as virtudes que se espera que sejam desprendidas para qualificar, do outro lado, a sua atuação enquanto administradora pública. O discurso da eleita acaba representando uma identidade e a forma de pensar e executar a política no município, mobilizando valores e propriedades que giram em torno das qualidades da esfera doméstica.

A partir das eleições a partir de 2000, a quantidade de prefeitadas se estabilizou 'em torno dos 20'. Assim, se elegeram 22 prefeitadas. Na campanha de 2004 foram 23 gestoras, sendo que 46 destas conseguiram reeleição, dando continuidade aos planos de ação do governo. Na penúltima eleição, no ano de 2008, o T.R.E contabilizou 59 mulheres disputando candidaturas majoritárias, mas apenas 21 municípios teve à frente mulheres nos comandos das prefeituras do

estado. Os números de reeleição foram de 107 prefeitas, mais que o dobro das eleições de 2004.

Apesar do número de candidatas cearenses serem bem próximos ao da média nacional, o Ceará, na disputa política em 2008, possuiu uma particularidade: das capitais brasileiras, Fortaleza lançou em primeiro turno a reeleição de Luizianne Lins, que pela segunda vez consecutiva, ocuparia o cargo de prefeita da cidade, apurando 50,16% dos votos. Em 2008, entre os principais candidatos à prefeitura da capital, duas mulheres disputavam o pleito: a própria Luizianne Lins (PT) e Patrícia Saboya (PDT).

No geral, o que se pôde perceber é que há uma distribuição baixa e espaçada da representação das mulheres nos cargos executivos cearenses, desproporcional se considerado o número de eleitoras – que representa a maioria dos votos. A repetição dessa conclusão pode ser levada em âmbito nacional. Nas capitais brasileiras, dos 26 estados, apenas duas capitais em 2008, elegeram mulheres para os cargos municipais, as candidatas eleitas foram lançadas em primeiro turno e pertencem a partidos de esquerda, Luizianne Lins (PT) foi reeleita prefeita da capital cearense, e Mícarla de Sousa (PV) eleita prefeita da capital do Rio Grande do Norte. (TSE – ano 2008).

### Conclusão

Clara Araujo (2007), afirma que “*A política, no âmbito local, segue mais o direcionamento dado pelo chefe político da localidade do que as orientações do âmbito nacional do partido*” (ARAÚJO, 2007, p. 302). Cabe refletir se a chegada das mulheres ao principal cargo da política local permite de fato que elas se transformem em lideranças políticas reconhecidas entre seus pares, com força para definir novas estratégias, candidaturas e rumos para os seus municípios. O que se percebeu em muitas entrevistas foi uma fala de de desesperança com o cargo exercido. Quando questionadas se iriam tentar a reeleição para o cargo, muitas afirmaram não querer continuar. Da mesma forma, quando foi questionado sobre os motivos que as fizeram se candidatar, muitas relataram as imposições familiares e/ou de grupos políticos. Poucas foram as que afirmaram ser um sonho antigo sendo realizado. Isso nos leva a pensar como diversas variáveis já discutidas por Lúcia Avelar influenciam a não participação expressiva (em termos numéricos) das mulheres nos cargos eletivos. Nos casos analisados, estamos tratando de mulheres que enfrentaram campanhas políticas e derrotaram adversários e, ainda assim, em muitos casos há um sentimento de inadequação, como se “ali” elas estivessem fora de seus lugares...

1 Ver, a esse respeito, o trabalho de Maria Isaura Pereira Queiroz, *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, Alfa-Omega, São Paulo, 1976. Para pensar sobre o tema das inovações no poder local ver Heredia Beatriz e Palmeira Moacir (orgs) *Política, Governo e Participação Popular*(Conselhos, orçamento participativo e outras experiências), Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012

2 Em pesquisa realizada no Município de Acaraú o discurso da prefeita que substituiu o marido assassinado era o de “dar continuidade a gestão do marido”. Ver a esse respeito o artigo *Campanhas em família, a veia aberta das disputas eleitorais*.

3 MIGUEL. Luis Filipe. **Capital político e carreira eleitoral**: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003, p. 118.

4 Ver detalhes no tópico – *Trajetórias das Prefeitas*.

5 **Prefeitas reeleitas na campanha de 2000**: 1)Bela Cruz - Maria Vanusia Sousa (PSD); 2)Caririáçu - Lucia Vanda Guimarães (PSDB); 3)Fortim - Maria da Conceição Chianca (PDT); 4)Granja - Carmem Sales Arruda (PSD); 5)Ibiapina - Maria das Graças Linhares (PSDB); 6)Nova Olinda - Fabia Brito Alves (PMDB); 7)Paramoti - Lucia de Fatima Boyadjian (PSDB); 8)Quixeré - Luzimar Bandeira Rebouças (PSDB); 9)Uruburetama - Maria das Graças Paiva(PSDB).

6 **Prefeitas reeleitas na campanha de 2004**: 1)Aquiraz - Ritelza Cabral (PPS); 2)Ararendá - Tania Paiva (PMDB); 3)Chorozinho - Argentina Sampaio Padilha (PSD); 4)Tauá - Patrícia Pequeno Aguiar (PMDB).

7 **Prefeitas reeleitas na campanha de 2008**: 1)Aracoiaba - Marilene Campelo (PSDB); 2)Croata - Aurineide Pontes (PSDB); 3)Fortaleza - Luizianne Lins (PT); 4)General Sampaio - Eliene Brasileiro (PPS); 5)Graça - Augusta de Paula (PPS); 6)Lavras da Mangabeira - Edenílda Lopes (PMDB); 7)Orós - Maria de Fatima Maciel (PP); 8)Paraipaba -Joana D Arc Batista (PP); 9)Redenção - Francisca Torres Bezerra (PPS); 10)Tarrafas - Antonia Simião Leite (PSDB).

### Bibliografia

ALTMANN, Cristina; BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Seleção e perfil de candidatos a vereador em Pelotas (rs) nas eleições de 2008*: esboço de uma análise. XI ENPOS- I Mostra Científica. Disponível em [http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH\\_00693.pdf](http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00693.pdf). Acesso em março de 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *Paradoxos da participação política da mulher no Brasil*. Disponível em [http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose\\_eustaquio.pdf](http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf). Acesso em novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Mulheres candidatas e eleitas nas prefeituras brasileiras primeiro turno das eleições de 2004. Disponível em [www.cfemea.org.br/pdf/JoseEustaquioMulher\\_Prefeitura.pdf](http://www.cfemea.org.br/pdf/JoseEustaquioMulher_Prefeitura.pdf). Acesso em julho de 2010.

ARAÚJO, Clara. *Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos* – as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, R. M. et al. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. *Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Revista de Sociologia e Política, jun, 2004, p. 193-215.

ARAÚJO, Clara. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 3, 2007, p. 535 a 577.

\_\_\_\_\_. Porque as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil? Disponível em [www.maismulheresnopoederbrasil.com.br/.../Por\\_que\\_as\\_mulheres\\_ainda\\_concorrem\\_pouco\\_no\\_9](http://www.maismulheresnopoederbrasil.com.br/.../Por_que_as_mulheres_ainda_concorrem_pouco_no_9). Acesso em julho de 2010.

AVELAR, Lucia. *Mulher e política: o mito da igualdade*. Revista Social Democracia Brasileira, março 2002, p. 40-54.

\_\_\_\_\_. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Konrad Adenauer; UNESP, 2002.

BARREIRA, Irllys. *Imagens ritualizadas- apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Fortaleza/CE:UFC/FUNCAP/CNPq- Pronex; Campinas/SP:Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Chuva de papéis- ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Coleção Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. *A representação como espelho*. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_10.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_10.htm). Acesso em outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. Ideologia e Gênero na Política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.36, nº 3, 1993, pp.441-468.

\_\_\_\_\_. Política, memória e espaço público: a via dos sentimentos In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.16 nº46. São Paulo: ANPOCS, 2001.

BLAY, Eva. *As Prefeitas - a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e Política- gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

HEREDIA, Beatriz e PALMEIRA, Moacir (orgs.). Política, Governo e Participação Popular (Conselhos, orçamento participativo e outras experiências). *Rio de Janeiro: 7 Letras*, 2012

MIGUEL, Luis Filipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf>

MONTENEGRO, Aberlado. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PERISSINOTTO, Renato Monseff ; BOLOGNESI, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*. v. 14, n.1, p. 143-169, Jan/Jun. 2009.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio. *As mulheres na política*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

VOGEL, Luiz Henrique. *Sistemas eleitorais, cotas e representação feminina*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em [http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Sistema\\_eleitoral\\_e\\_represent](http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Sistema_eleitoral_e_represent). Acesso em março de 2010.